



ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL E SUAS REPRESENTAÇÕES POR PSICÓLOGOS (AS)

Dayse Barbosa Silva (1); Camila Alencar Pereira (1); Maria Theresa Pinheiro Bernardino (2);
Silvana Carneiro Maciel (3)

*Universidade Federal da Paraíba
Daysebarbosasilva@gmail.com*

Resumo: O abuso sexual se configura atualmente como um fenômeno recorrente em nossa sociedade, sendo este caracterizado, em linhas gerais, como uma prática na qual uma pessoa utiliza-se de outra para obtenção de prazer sexual individual. No caso do abuso sexual infantojuvenil este apresenta-se como uma prática em que o adulto utiliza-se da criança ou adolescente para satisfação sexual, através de carícias, exibição de material pornográfico, ou o ato sexual propriamente dito. Tendo como base teórica deste estudo a Teoria das Representações Sociais é importante apresentar que esta pode ser entendida como a compreensão do conhecimento do senso comum a partir das inter-relações que os sujeitos estabelecem com seus objetos, sendo o processo deste conhecimento coletivo ou individual. Este estudo teve como objetivo caracterizar as representações sociais que os (as) psicólogos (as) que atuam na área jurídica possuem a respeito de suas atuações na temática do abuso sexual infantojuvenil. Participaram deste estudo 13 psicólogos (as) que atuam ou já atuaram em casos de abuso sexual cometidos contra a criança ou o adolescente, com tempo médio de experiência de aproximadamente 7 anos. A pesquisa foi realizada nos locais de trabalho dos participantes do estudo. Para coleta de dados fez-se uso de um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os dados sociodemográfico foram tabulados e analisados com auxílio do SPSS 21.0. As entrevistas foram analisadas a partir do método de análise de conteúdo, resultando uma categoria temática denominada Atuação profissional. Os resultados dizem respeito às representações sociais de psicólogos (as) acerca do abuso sexual infantojuvenil, ilustrando que o grupo de profissionais apresentam conteúdos que permitem uma discussão na esfera da importância do trabalho multiprofissional nos casos de abuso sexual. Os dados encontrados ilustram que os aspectos de atuação profissional, ocorrência do abuso dentro do contexto familiar, atuação intersetorial e trabalho multidisciplinar são questões apontadas pelos profissionais de psicologia quanto ao tema trabalhado, exemplificando quais são as representações que tais profissionais possuem sobre este fenômeno social. As conclusões obtidas através deste estudo permitem pensar sobre a importância da compreensão e influência das representações sociais de profissionais que lidam diretamente com crianças ou adolescentes vítima de abuso sexual.

Palavras-chave: Abuso sexual infantojuvenil, representação social, psicólogos, atuação profissional.



INTRODUÇÃO

O abuso sexual é um problema social que atinge milhões de crianças e adolescentes, sendo, portanto considerado como uma das mais graves infrações dos direitos humanos. Encontra-se presente em vários países do mundo atingindo os mais variados gêneros, culturas, classes sociais e religiões de nossas sociedades. O abuso sexual infantojuvenil caracteriza-se como um ato em que a criança ou o adolescente é usado por um adulto ou adolescente mais velho, muitas vezes de sua convivência (abuso intrarrede social) ou mesmo um familiar (abuso intrafamiliar), para obtenção de satisfação sexual. É previsto como abuso sexual infantojuvenil a prática de abuso com menores de 14 anos, sendo esta prática desde carícias, manipulação dos genitais até o ato sexual propriamente dito, este com ou sem penetração (ESPINDOLA; BATISTA, 2013; OLIVEIRA; ALVES, 2014).

No aspecto de sua ocorrência, de acordo com Espindola e Batista (2013) este tipo de violação acontece não só quando se fala de um ato entre um adulto e uma criança e ou adolescente, mas também em qualquer relação estabelecida entre uma pessoa e outra que apresente menor nível de desenvolvimento psicosssexual, sendo esta última incapaz de consentir de forma consciente o ato.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil tornou-se o pioneiro na luta para garantir a Proteção integral da criança e do adolescente, fundando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 2002). As instituições que buscavam proteger as crianças começaram a se multiplicar com a implantação do ECA em 1990, garantindo a proteção das crianças e adolescentes de “qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório e constrangedor, devendo sua dignidade ser garantida” (WILLIAMS et al., 2014, p. 417).

Contudo, mesmo diante da efetivação de várias leis que lutam contra a iminência do abuso sexual infantojuvenil, temos que este fenômeno é um fato recorrente na sociedade, sendo considerado um dos grandes problemas de saúde pública. Segundo dados publicados pelo Ministério da Saúde (2012), dentro das notificações de violência cometidas contra crianças e adolescentes no ano de 2011, o abuso sexual aparece como o segundo tipo mais prevalente de violência, com registro de 35% do total das 14.625 notificações de violências cometidas contra a criança. Contudo, estes números são subnotificados, haja vista que os dados sobre a incidência



desse fenômeno não podem ser considerados como absolutos, devido a diversos aspectos como: a falta de denúncias dos casos pelos familiares da vítima, pelos profissionais que tem conhecimento do fato, ou pela própria pessoa abusada. A vítima e seus familiares podem esconder o abuso sofrido devido à intimidação e violência usada pelo agressor. Muitas vezes a vergonha, auto culpabilização da vítima são fatores que contribuem também para a não revelação dos casos (BAÍA et al., 2013).

Atualmente crianças e adolescentes estão sendo expostas aos mais variados tipos de violência, seja física, psicológica, negligência, exploração, abuso sexual, entre outros, que desencadeiam consequências devastadoras para vida dessas vítimas. Sobre as consequências, Florentino (2015) aponta que além das lesões físicas, têm-se também as sequelas psicológicas como: comportamentos sexuais não condizentes com a idade da vítima, tristeza profunda, desmotivação, medo de adultos do mesmo sexo do abusador, baixa autoestima, isolamento social, quadros ansiosos, sentimento de humilhação. Sendo as consequências em longo prazo ainda mais devastadoras, culminando em transtornos psicológicos. Portanto é importante que os profissionais que trabalham na elucidação destes casos possam ter a consciência do perigo que um diagnóstico precipitado pode causar nas vítimas e suas famílias, devido à complexidade dos casos.

Sendo o abuso sexual um tema preocupante dentro de nossa sociedade devido à gravidade e o caráter complicado dos casos, apresentando consequências devastadoras e incidência real dos números de casos, se faz importante ter um conhecimento sobre as representações sociais que os profissionais que trabalham na investigação e elucidação de casos deste tipo têm a respeito do tema.

Diante do exposto, destaca-se como objetivo a caracterização das representações sociais de psicólogos (as) jurídicos com experiência em casos de abuso sexual infantojuvenil possuem a respeito de suas atuações. As visões de psicólogos (as) sobre abuso sexual podem de certa forma influenciar sua atuação, deste modo à compreensão acerca das representações sociais de psicólogos (as) sobre as questões que envolvem a temática apresenta-se como um importante artifício para a compreensão das opiniões desses profissionais e de suas práticas nos casos identificados como abuso sexual.

Compreender sobre a Teoria das Representações Sociais é fundamental para a discussão desta temática, uma vez que esta teoria, de acordo com Souza, Figueiredo e Priore (2011) pode ser entendida como uma construção criada coletiva e socialmente que exerce função norteadora



à medida que os atores sociais podem compreender, nomear e transformar o meio social com base nessas representações elaboradas. As Representações Sociais, portanto, estariam localizadas nas relações de mundo externo e interno que são estabelecidas pelo homem em seu meio social, seu mundo, permeando a compreensão que o homem estabelece sobre sua realidade, como aponta Mafra e Santos (2013).

Desse modo reiterando a compreensão acerca das Representações Sociais, Osti, Silveira e Brenelli (2013) apontam que:

A representação social é uma preparação para a ação, ela guia o comportamento, remodela e reconstitui os elementos do meio ambiente em que o comportamento deve ter lugar. As imagens e as opiniões traduzem a posição e a escala de valores de um indivíduo ou de uma coletividade (OSTI et al., 2013, p.48).

Dentro da perspectiva de abordar a Teoria das Representações Sociais enquanto processo, Moscovici (2005) aponta que as representações se dão a partir de dois processos formadores, fundamentais para compreensão e acesso das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. De maneira simplificada temos que a objetivação significa tornar concreto um determinado conceito, enquanto a ancoragem se refere a transformar um objeto ou conceito em algo familiar. Uma importante visão dentro desse campo de estudo é apresentada por Denise Jodelet, como visto em Mafra e Santos (2013), no que se refere às representações como um conhecimento criado pelo homem para que o mesmo possa compreender o mundo e dominá-lo intelectualmente, possibilitando ainda que esse homem seja capaz de agir sobre o mundo e os outros.

MÉTODO

Caracterização da Pesquisa

Ao consideramos os objetivos, os procedimentos de coleta e análise de dados o presente estudo caracteriza-se como cunho descritivo e qualitativo (Cozby, 2009).

Amostra

Os dados foram coletados em instituições jurídicas de João Pessoa. Participaram deste estudo um total de 13 psicólogos (as) que atuam na perspectiva forense e apresentam experiência em casos de abuso sexual contra a criança ou adolescente. Apresentaram idade variando entre 28 e 60 anos, com média de idade de 46,7 anos. O tempo médio de experiência



foi de 6,5 anos, sendo a maioria dos participantes casados, do sexo feminino, 84,6%, a maior parte dos participantes da amostra têm filhos.

Instrumentos

Fez-se uso de dois instrumentos: um questionário sociodemográfico; e uma entrevista semiestruturada. O primeiro a fim de caracterizar a amostra, enquanto que o segundo teve a finalidade de compreender as representações sociais da atuação dos profissionais em casos de abuso sexual infantojuvenil. A entrevista teve como questões norteadoras: “Em sua opinião o que você acha que o psicólogo (a) pode fazer em casos de abuso sexual cometidos contra a criança e o adolescente?”, “Em sua opinião você acha que deve ter um tratamento diferenciado para as vítimas de abuso sexual infantojuvenil?” e “Qual a sua opinião a respeito da prática de profissionais na escuta de crianças vítimas de abuso sexual?”.

Procedimentos para a coleta de dados

Inicialmente realizou-se uma visita às instituições solicitando autorização para a realização da pesquisa. Em seguida, os referidos profissionais foram contatados para a participação no estudo, que foi realizado por meio de um gravador de voz, mediante o Termo de Consentimento Livre Esclarecido, através do qual foi garantido a confidencialidade e o anonimato.

Técnicas de análise de dados

As informações obtidas a partir dos referidos questionários sociodemográfico, foram analisados com percentual simples de frequência. Já os dados das entrevistas, foram analisados a partir do método de análise de conteúdo definido por Bardin (1977) como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (BARDIN, 1977, p. 9). Inicialmente foi feita uma leitura completa dos dados transcritos, posteriormente cada entrevista foi relida, registrando-se a frequência de surgimentos das unidades de texto.

Considerações Éticas

A pesquisa foi realizada com base nos princípios éticos estabelecidos pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (MS 1996) que trata da ética em pesquisa envolvendo seres humanos. Todas as condutas realizadas pelo pesquisador principal e pelos outros integrantes da pesquisa obedeceram e respeitaram as diretrizes das resoluções 196/96 e 466/2012. A pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética da Universidade Federal da Paraíba (Prot. nº 0516/15).



RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise de conteúdo realizada emergiu das entrevistas uma categoria temática que foi denominada de Atuação Profissional. As falas dos profissionais entrevistados apresentaram elementos referentes à justiça, acolhimento, psicólogo (a), escuta, juiz, tratamento. Essas palavras se relacionam aos modos de atuação que os profissionais apresentam nos casos de abuso cometidos contra a criança ou o adolescente. No ponto de vista desses profissionais, isso não só em relação a sua área de atuação, mas também no que se refere ao modo de trabalho dos profissionais jurídicos e outros profissionais que atuam nestes casos é necessário uma atuação diferenciada no que se refere a uma escuta mais acolhedora. Como se pode observar nas seguintes falas:

“Eu acho que a prática tem que ter esse olhar bem sensível acolhedor que é o que a gente procura fazer e tem como meta aqui... é fazer escuta é acolher da melhor forma” (Profissional 6).

“Eu acho que é necessário mais sensibilidade é necessário uma maior cobertura na atenção à saúde eu acho que é necessário um maior combate a isso em várias outras esferas eu acho que ainda é bastante insuficiente e bastante insensível” (Profissional 2).

A partir dessas falas é possível perceber a relevância dada pelos profissionais de psicologia no que se refere à escuta das vítimas nos casos de abuso sexual. Os (as) participantes colocaram a importância de que este momento de oitiva seja feito por pessoas capacitadas para a atuação em depoimentos considerados difíceis de realizar, dando ênfase também a minimização do sofrimento de crianças ou adolescentes no momento do relato do fato vivenciado, para que dessa forma seja evitada a revitimização. Neste sentido, Oliveira e Zandonadi (2016) coloca que a escuta deve ser feita de maneira empática, cautelosa e ética, objetivando desenvolver a confiança da vítima, reduzindo os impactos sofridos pela mesma.

Os profissionais entrevistados apresentam a complexidade no aspecto da escuta, apontando a dificuldade apresentada pelas crianças ou adolescentes para falar do abuso, e o posicionamento sensível necessário ao profissional para que respeite o momento da vítima para conseguir relatar o trauma sofrido, como nas falas abaixo:

“Ela chorava ela vinha e não falava muito eu também não insisti deixei o momento dela tinha vezes que ela chegava na sala para a sessão já falando que não aquentava que a situação ficava na cabeça dela o tempo todo e falava bem abertamente de tudo que acontecia mais também era um desabafo e daqui a pouco ela parava e tinha semana que ela chegava e dizia que não queria falar nada sobre” (Profissional 7).



“Eu tenho conseguido de forma bem descontraída e a criança termina falando espontaneamente porque o bom é que a criança ou o adolescente fale espontaneamente sem ser eu fazendo perguntas como se tivesse respondendo um questionário” (Profissional 3).

Os participantes deste estudo destacaram a relevância de atuar juntamente com um profissional de assistência nos processos de escuta, tendo em vista que juntos são instrumento de auxílio e elucidação dos casos de abuso sexual. Nesse sentido, Eloy (2012a) destacou, a partir de acórdãos de casos de abuso sexual, a representação de juízes e desembargadores em relação ao trabalho do profissional de psicologia é importante como auxílio da justiça para esclarecimento dos fatos reais dos casos investigados, verificando ainda a presença deste profissional como relevante no papel de proteção a vítima.

Os profissionais participantes deste estudo destacam ainda a dificuldade pessoal em se trabalhar com casos desta natureza, pela crueldade que caracteriza este fato criminoso, assim como aponta o estudo realizado por Pelisoli e Dell’aglio (2013) com psicólogas que atuam no contexto jurídico, que por vezes os profissionais que atuam neste fenômeno repleto de carga emocional podem sentir sofrimento e angústia ao se deparem com os casos, sendo necessário, portanto um posicionamento de trabalho mais racional diante deste acontecimento.

Outro elemento importante evidenciado pelos psicólogos (as) diz respeito ao abuso sexual infantojuvenil quanto um fenômeno no qual o abusador, na maioria dos casos está dentro do próprio contexto familiar da criança ou adolescente, sendo uma pessoa do convívio da vítima como nas falas a seguir:

“Muitas crianças são abusadas antes de ir para aula quando chega da aula já sabe que aquele é o momento que o pai está em casa que a mãe ainda não chegou do trabalho e é o momento que vai acontecer” (Profissional 9).

“O pior é que esses corpos são invadidos pelo seu próprio pai pela própria mãe hoje a gente já sabe que a estatística de 25 por cento são mães que abusam também, mas a maior parte ainda é o pai é o padrasto é o tio” (Profissional 4).

A partir disto é possível perceber que ocorrências deste tipo são frequentes como aponta o levantamento realizado por Santos et al. (2015), indicando que pesquisas realizadas em diferentes contextos apontam que na maioria dos casos os agressores fazem parte do convívio da vítima, sendo na maior parte familiares, amigos, vizinhos ou conhecidos, em 60% dos casos. Os autores evidenciam ainda que quando o abuso se caracteriza intrafamiliar as consequências para as vítimas são graves refletindo diretamente no desenvolvimento psíquico-emocional destas. Tais consequências necessitam atenção e cuidados. A esse



respeito Pedersen (2010) aponta a partir de um estudo realizado com 9 familiares de crianças e adolescentes vítimas de abusos sexual intrafamiliar, que o apoio das mães as vítimas se caracteriza como uma forma de enfrentamento do abuso sofrido.

É necessário, portanto que os profissionais que trabalham com essa temática possam ampliar cada vez mais o cuidado em casos dessa natureza, articulando suas práticas com outros saberes, lidando com a questão do abuso sexual a partir de uma esfera mais ampla, como na fala a seguir:

“Eu acho que essa é a diferença da psicologia em relação aos profissionais, a gente não pode descuidar do micro e a gente tem que levar o micro para o macro. A gente não pode descuidar o atendimento a cada vítima individual, a gente não pode abrir mão disso. Por outro lado a gente tem que ver uma forma de articular isso e gerar políticas públicas que tanto previnam como possam atender outros casos”
(Profissional 12).

Essa articulação também é trazida por Florentino (2014), quando o autor apresenta a importância do trabalho do psicólogo junto ao Serviço de Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes disponibilizado no CREAS, estando essa atuação alinhada com as demais políticas setoriais. A atuação do profissional de psicologia, portanto, necessita estar atenta a multicausalidade do abuso sexual infantojuvenil e seus desdobramentos na vida dos sujeitos afetados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As representações sociais de psicólogos (as) revelam que é cada vez mais necessária a atuação multiprofissional dentro do contexto jurídico, aliando vários saberes em prol das necessidades das vítimas de abuso sexual infantojuvenil. Profissionais do direito, por exemplo, reconhecem como primordial o trabalho de um profissional habilitado e especializado nas especificidades da criança e do adolescente (ELOY, 2012b). Outro aspecto relevante diz respeito aos profissionais apontarem que na maioria dos casos o abusador está dentro do seio familiar sendo o pai, o irmão, configurando o abuso intrafamiliar, que necessitada mais atenção da população e das autoridades, pois muitos casos deste tipo não



chegam a ser denunciados pelo fato de que o abusador da vítima muitas vezes é a pessoa que mantém financeiramente a família e por isso não é acusado.

Considera-se importante pontuar que o presente estudo apresentou dificuldade no que se refere à amostra, devido à dificuldade de tempo disponível dos participantes para se disponibilizarem a entrevista. Além da dificuldade de encontrarmos profissionais de psicologia atuem no contexto jurídico, lidando diretamente com a questão do abuso sexual infantojuvenil na cidade em que o estudo foi realizado. Apesar destas adversidades o número amostral garante resultados bastante significativos para o tema estudado.

Contudo o estudo acerca das representações sociais destes profissionais no âmbito do abuso sexual infantojuvenil se mostra importante para o entendimento deste fenômeno e de como essa representação influencia a prática cotidiana de psicólogos (as). A partir disto, estudos com maior número de participantes, bem como em outras localidades precisam ser realizados para que se tenha uma compreensão mais ampla sobre o que pensam estes profissionais acerca de um fenômeno tão presente em nossa sociedade que precisa ser olhado cada vez com mais cuidado pelas pessoas que lidam diretamente com ele.

REFERÊNCIAS

BAÍÁ, P. A. D. et al. Caracterização da revelação do abuso sexual de crianças e adolescentes: negação, retratação e fatores associados. **Temas em Psicologia**, v. 21, n.1, p. 193-202, 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Estatuto da criança e do adolescente**. Ministério da Justiça/ Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/ Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília. 2002.

COZBY, P. C. **Métodos de pesquisa em ciências do comportamento**. São Paulo: Atlas. 2009.

ELOY, C. B. A credibilidade do testemunho da criança vítima de abuso sexual no contexto judiciário. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 1, p. 234-249, 2012a.

ELOY, C. B. **Psicologia e direito: representações judiciais nos casos de abuso sexual na infância**. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, Brasil. 2012b.

ESPINDOLA, G. A.; BATISTA, V. Abuso sexual infanto-juvenil: a atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 33, n.3, p. 596-611, 2013.



FLORENTINO, B. R. B. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, 2015.

MAFRA, V. C. A. S.; SANTOS, M. F. S. Do novo ao tradicional: a representação da psicologia no judiciário. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 13, n. 2, p. 545-562, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal Brasil/ Saúde**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2012/05/abuso-sexual-e-o-segundo-maior-tipo-de-violencia-contra-criancas-mostra-pesquisa>>.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro: Vozes. 2005.

OLIVEIRA, A. C.; ALVES, C. C. Enredos do Abuso Sexual: Análise do Processo de Violência e Atendimento de Adolescentes no Município de Altamira/PA. **Revista da Faculdade de Direito**, Curitiba, v. 59, n. 3, p. 197-223, 2014.

OLIVEIRA, A. C.; ZANDONADI, A. C. A psicologia em serviço da proteção social de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista FAROL**, v. 2, n. 2, p.19-31, 2016.

OSTI, A.; SILVEIRA, C. A. F.; BRENELLI, R. P. Representações Sociais: Aproximando Piaget e Moscovici. **Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genética**, v. 5, n. 1, p. 35-60, 2013.

PEDERSEN, J. R. **Abuso sexual intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. Tese de mestrado - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil, 2010.

PELISOLI, C.; DELL'AGLIO, D. D. Psicologia jurídica em situações de abuso sexual: possibilidades e desafios. **Boletim de Psicologia**, v. 63, n. 139, p. 175-192, 2013.

SANTOS, C. A. et al. Agressor sexual de crianças e adolescentes: análise de situações relacionadas à violação e vítimas. **Adolescência & saúde**, v. 12, n. 3, p.7-20, 2015.

SOUZA, A. C.; FIGUEIREDO, T. A. M.; PRIORE, M. Representações Sociais sobre a Mulher: um Estudo com Escolares. **Revista ECOS**, v. 10, n. 1, p. 25-31, 2011.

WILLIAMS, L. C. A. et al. Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: o Protocolo NICHD. **Temas em Psicologia**, v. 22, n. 2, p. 415-432, 2014.

FLORENTINO, B. R. B. Abuso sexual, crianças e adolescentes: reflexões para o psicólogo que trabalha no CREAS. **Fractal, Rev. Psicol.**, v. 26, n. 1, p. 59-70, 2014.